

## DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - YANOMAMI

## Estudo Técnico Preliminar 19/2024

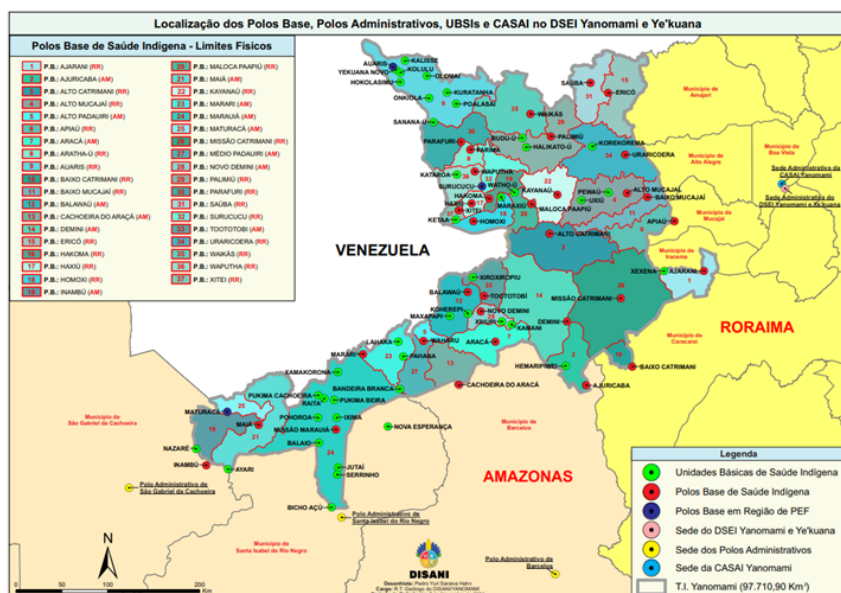
## 1. Informações Básicas

Número do processo: 25064.000211/2024-12

## 2. Descrição da necessidade

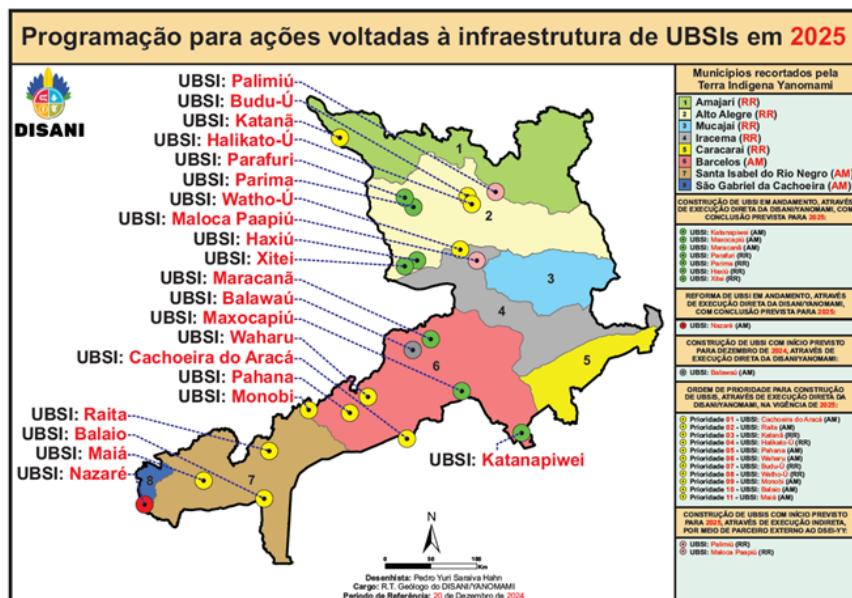
2.1 Considerando que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), criados pela Lei nº 9.836/1999, são unidades sanitárias centrais do Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (SASI-SUS), organizados estrategicamente por critérios territoriais e baseados na ocupação geográfica das comunidades indígenas, destaca-se a complexidade e amplitude do território do DSEI Yanomami. Com uma extensão de 97.710,90 km<sup>2</sup>, abrangendo áreas nos estados de Roraima e Amazonas, o território Yanomami é caracterizado por florestas densas, relevo acidentado e comunidades de difícil acesso.

2.2 O mapa abaixo ilustra a localização dos 37 Polos Base de Saúde Indígena e 45 estabelecimentos de saúde, que representam os principais pontos de apoio para atendimento de saúde às comunidades indígenas. Essas unidades são responsáveis por atender 32.212 indígenas em áreas remotas, onde as limitações logísticas dificultam a execução de obras, serviços e o transporte de insumos essenciais.

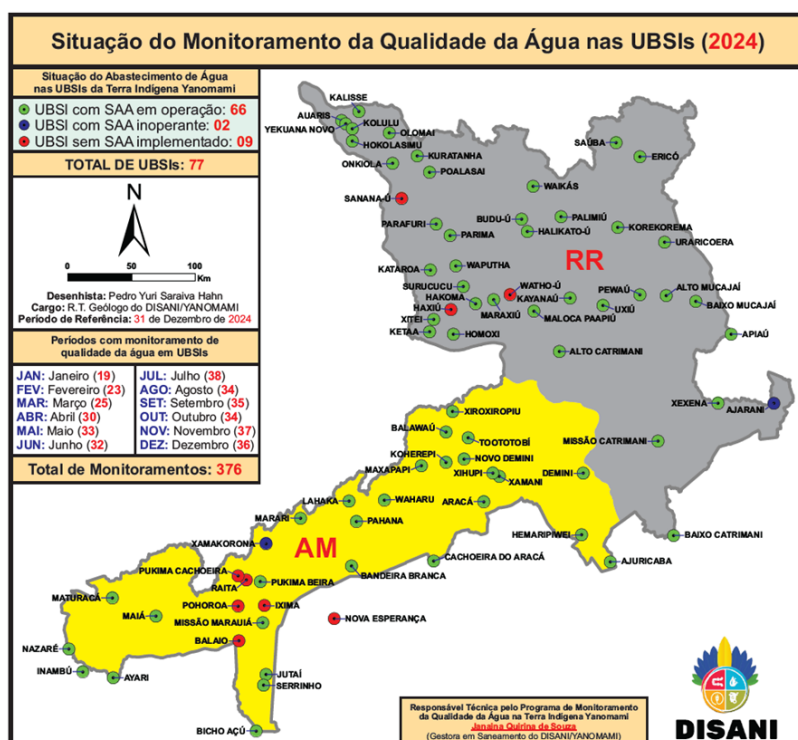


2.3 A contratação objeto deste processo visa atender as necessidade urgente e estratégica relacionada à infraestrutura, as manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário, reservatório elevado e sistema simplificado de abastecimento de água em Estabelecimento de Saúde indígena no território abrangido pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI Yanomami). Esse território, com uma extensão de 97.710,90 km<sup>2</sup>, apresenta características geográficas complexas, como floresta densa, relevo acidentado e comunidades dispersas e de difícil acesso. Essas condições implicam em limitações logísticas significativas e, consequentemente, na necessidade de execução direta de obras e serviços de saneamento e infraestrutura, como a instalação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, redes de esgotamento sanitário e melhorias sanitárias e nas Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSIs).

2.4 Considerando o alinhamento com PDSI 2024-2027 em 2025 está programado as seguintes ações voltadas a infraestrutura, esgotamento sanitário, reservatório elevado e sistema simplificado de abastecimento de água.



2.5 É imprescindível a aquisição de materiais e insumos necessários para a execução das 22 obras previstas na Programação para Ações Voltadas à Infraestrutura de UBSIs em 2025



2.6 Além da Programação prevista para Ações Voltadas à Infraestrutura, as manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário, reservatório elevado, ampliação de rede hidráulica e 79 sistema simplificado de abastecimento de água existentes e atendimento a emergências que possam surgir ao longo do ano é essencial para garantir a melhoria da saúde pública e das condições de vida nas comunidades indígenas atendidas pela Terra Indígena Yanomami.

2.7 A área de cobertura da programação abrange uma área extensa e de difícil acesso, o que demanda planejamento antecipado e a garantia de disponibilidade de materiais para execução de ações preventivas e corretivas. Além disso, a previsão de emergências, como falhas em sistemas existentes e aumento das necessidades locais, reforça a importância de manter estoque adequado de insumos estratégicos.

2.8 A falta de insumos compromete a execução de obras essenciais, como a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água e redes de esgotamento sanitário, essenciais para garantir condições básicas de saúde às comunidades indígenas. A precariedade desses serviços não só compromete o direito fundamental à saúde e à dignidade das populações indígenas, como também aumenta a vulnerabilidade epidemiológica, expondo essas comunidades a surtos de doenças relacionadas à precariedade do saneamento básico.

2.9 A necessidade prioritária consiste em adquirir materiais e insumos que viabilizem a resolução dos problemas identificados, garantindo os recursos adequados para enfrentar os desafios propostos:

- A implementação de novos sistemas de abastecimento de água para garantir o acesso à água potável em comunidades que atualmente não dispõem desse recurso essencial.

- A manutenção e ampliação de sistemas de abastecimento de água já existentes, prevenindo a interrupção dos serviços e assegurando a regularidade do fornecimento.
- A instalação de redes de esgotamento sanitário e melhorias em saneamento básico, fundamentais para reduzir a exposição a doenças de veiculação hídrica e melhorar a saúde pública.
- O fortalecimento das infraestruturas sanitárias das UBSIs, garantindo condições adequadas para o atendimento à saúde indígena

2.10 Diante disso, a aquisição de materiais e insumos para implantação de sistema simplificado de abastecimento de água, implantação de solução de esgotamento sanitário, rede hidráulica de de construção civil se faz necessária para que as ações de execução direta das obras sejam realizadas continuamente, sem paralisações por falta de insumos, e o atendimento das demandas nas comunidades sejam mais céleres, fortalecendo as ações de promoção da saúde indígena.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Edificação e Saneamento Ambiental Indígena	Francisco de Almeida Cardoso

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os materiais devem atender as especificações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), atendendo aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;

4.2 O fornecimento dos materiais, objeto deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto Nº 7.746, De 5 De Junho De 2012, da Casa Civil, da Presidência da República;

4.3 As embalagens dos materiais, sempre que possível, os mesmos deverão ser acondicionados em materiais 100% recicláveis e em quantidade reduzida de volumes; os equipamentos energéticos, o demandante deverá observar a economicidade de consumo energético e correspondente eficiência.

4.4 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos;

4.5 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

4.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

4.7 Em caso de divergência entre a descrição dos itens e as especificações contidas no Catálogo de Materiais (CATMAT), deverá prevalecer a descrição apresentada no Termo de Referência, uma vez que este documento estabelece os requisitos técnicos específicos para a contratação;

4.8 Os materiais devem ser entregues exatamente conforme as especificações estabelecidas na proposta do fornecedor, previamente aprovada pela contratante, garantindo a conformidade com os requisitos acordados;

4.9 O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias corridos**, contados em remessa única;

4.10 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

4.11 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações e na proposta aceita, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.12 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

4.13 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

4.14 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas nos Artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

## 5. Levantamento de Mercado

### 5.1 Contextualização:

5.1.1 O Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI Yanomami) está localizado na região Norte do Brasil, nos Estados de Roraima e Amazonas, abrangendo uma área territorial de 9.664.975 hectares, predominantemente composta por floresta densa e de difícil acesso.

5.1.2 O DSEI Yanomami é composto por 82 Estabelecimentos de Saúde Indígena oficiais, divididos em Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSIs) e Polos Bases (PBs), que operam sob o Subsistema Único de Saúde (SasiSUS). O acesso a essas unidades de saúde é possível somente por via aérea e fluvial.

5.1.3 Durante o levantamento de mercado e análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, foi constatado durante as seguintes características:

I – O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

II – O SRP é uma alternativa viável e bem conhecida entre as empresas do ramo;

III – Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;

IV – Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandados;

### 5.2 Soluções Possíveis:

Solução 01: Parcerias com Iniciativa Privada;

Solução 02: Doação de Materiais de Órgãos ou ONGs;

Solução 03: Adesão a Atas de Registro de Preços;

Solução 04: Contratação Emergencial

Solução 05: Aquisição de Materiais (Licitação);

Solução 06: Contratação de Empresa Especializada para Execução de Obras.

### 5.3 Descrição das Soluções:

**5.3.1 Solução 01: Parcerias com Iniciativa Privada:** essa solução envolve estabelecer parcerias com empresas privadas por meio de Termos de Cooperação, Acordos de Parceria ou Termos de Compromisso. As empresas podem fornecer materiais, financiar projetos ou prestar serviços, desde que alinhados ao interesse público. Essas parcerias devem respeitar a legislação vigente, garantir a transparência e observar contrapartidas que não comprometam a imparcialidade da administração pública.

**5.3.2 Solução 02: Doação de Materiais de Órgãos ou ONGs:** consiste em solicitar a doação de materiais a outros órgãos governamentais, ONGs ou entidades da sociedade civil. Essa solução é especialmente útil em contextos de urgência ou restrição orçamentária. Deve ser formalizada por meio de Termos de Doação e registrada nos inventários patrimoniais, atendendo aos critérios legais e administrativos.

**5.3.3 Solução 03: Adesão a Atas de Registro de Preços:** a adesão a Atas de Registro de Preços permite aproveitar processos licitatórios já realizados por outros órgãos públicos. Isso reduz o tempo e os custos necessários para adquirir materiais ou serviços. É necessário verificar a compatibilidade do objeto, os limites de quantitativos disponíveis e a autorização do órgão gerenciador da Ata.

**5.3.4 Solução 04: Contratação Emergencial:** essa solução é aplicável em situações excepcionais que demandem resposta imediata, como emergências ou calamidades públicas. A contratação pode ser realizada sem licitação, desde que devidamente justificada, observando os limites legais e os princípios de transparência e economicidade. Deve ser acompanhada de uma análise criteriosa da necessidade e dos riscos.

**5.3.5 Solução 05: Aquisição de Materiais (Licitação convencional):** a aquisição de materiais por meio de licitação é a solução padrão e preferencial na administração pública. O processo licitatório garante a seleção da proposta mais vantajosa, promovendo a competitividade e a isonomia entre os fornecedores. O tipo de licitação (pregão, concorrência, convite, etc.) é escolhido conforme o valor e a natureza da aquisição.

**5.3.6 Solução 06: Contratação de Empresa Especializada para Execução de Obras:** essa solução contempla a contratação de empresas especializadas para realizar obras ou serviços de engenharia. O processo geralmente envolve a elaboração de um projeto básico e um executivo, seguido de uma licitação pública. A empresa contratada deve atender aos requisitos técnicos e operacionais previstos, além de cumprir os prazos e padrões de qualidade estabelecidos no contrato.

### 5.4 Análise das Soluções:

**5.4.1 Solução 01:** Considerada inviável devido à efetivação depende de negociações complexas e da demonstração de benefícios mútuos de empresas para realizar doações que supram as necessidades do DSEI Yanomami.

**5.4.2 Solução 02:** Considerada inviável devido a disponibilidade de materiais específicos junto a órgãos públicos ou ONGs pode ser limitada e não atender plenamente às necessidades.

**5.4.3 Solução 03:** Considerada inviável devido à incompatibilidade entre o objeto disponível na ata e as necessidades específicas e quantitativos registrados não atender plenamente às necessidades do DSEI Yanomami.

**5.4.4 Solução 04:** Considerada inviável pois é limitada a situações de calamidade pública ou urgência, o que não é o caso, podendo resultar em custos mais elevados devido à falta de competitividade, além de expor a administração a riscos de questionamentos jurídicos e administrativos.

**5.4.5 Solução 05:** Avaliada como a mais viável, uma vez que a aquisição direta de materiais atende de forma mais eficiente e menos onerosa as necessidades do DSEI. Essa solução aproveita a expertise da equipe técnica e a logística do distrito, garantindo maior autonomia nas ações elétricas.

**5.4.6 Solução 06:** Devido ao histórico de processos desertos, empresas sem capacidade operacional de atuar em território Yanomami, desistência da continuação de obras, essa solução se torna inviável e implicaria custos elevados, considerando os custos logísticos e de operação *in loco*.

**5.5 Justificativa:** As atividades realizadas pelo DISANI seguem um modelo de execução direta, devido às dificuldades encontradas em licitar e contratar empresas especializadas para a construção de Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI). No passado, essa abordagem demonstrou ser inviável devido aos altos custos iniciais, problemas com manutenção, contratos não finalizados, complexidade logística, baixo interesse por parte de potenciais contratantes e a limitada resolução das demandas por meio desse método.

5.5.1 Com base na avaliação das soluções propostas, a aquisição direta de materiais, solução 05, atenderá de forma mais eficiente e menos onerosa as necessidades do DSEI. Essa solução aproveita a expertise da equipe técnica e a logística do distrito, garantindo maior autonomia nas ações elétricas.

5.5.2 Além das condições de entrega e do prazo estabelecido para que os mesmos estejam disponíveis para uso, a solução mais adequada para esta contratação é a realização de pregão eletrônico.

5.5.3 Esta modalidade permite a ampla competição e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo ao princípio da economicidade e eficiência, conforme determina a Lei 14.133. Além disso, as condições de transparência e igualdade são respeitadas, proporcionando um processo licitatório alinhado com o interesse público e a legislação vigente.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 Trata-se de aquisição de materiais e insumos para implantação, reforma e manutenção de sistema simplificado de abastecimento de água e solução de esgotamento sanitário para execução direta de obras e saneamento ambiental, em as aldeias de abrangências do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami.

### 6.2 Modalidade de licitação e critério de julgamento:

6.2.1 Os bens a serem adquiridos podem ser classificados como de natureza comum, entende-se que, devido ao fato de serem ofertados no mercado por vasta quantidade de fornecedores, com possibilidade de fácil comparação entre si, esses materiais e equipamentos estão inseridos na categoria de bens comuns. Dessa forma, proporciona-se ao pregoeiro/comissão de licitação condições de compra com base no menor preço.

6.2.3 Ainda, registra-se que os padrões de desempenho e qualidade dos itens podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

6.2.4 Destaca-se, também, que o objeto a ser licitado não envolve criação, inovação ou conjugação de requisitos técnicos especiais, desconhecidos pelo mercado. Em contrapartida, o mercado domina as soluções pretendidas, pois são ofertadas por muitas empresas e comparáveis entre si com facilidade.

6.2.5 Diante do exposto, a modalidade de licitação é o pregão, com julgamento de menor preço, conforme estabelece o art. 6 da Lei 14.133/2021, *in verbis*:

6.3 Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

(...)

6.4 Tendo em vista a imprevisibilidade da demanda, bem como o fornecimento do material parcelado, no tocante à modalidade de licitação, cumpre ressaltar que será adotado o Sistema de Registro de Preços, atentando-se ao estabelecido no Decreto nº 11.462/2023, notadamente:

6.5 Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

## **6.6 Modo de disputa:**

6.6.1 O modo de disputa para a contratação em tela é o modo aberto, onde os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, decrescentes, com base no art. 56, inc. I, da Lei nº 14.133/21.

## **6.7 Critérios e práticas de sustentabilidade:**

6.7.1 A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, com vistas a minimizar os riscos nocivos à saúde, utilizando-se de medidas tais quais:

a) utilizar produtos, preferencialmente, sustentáveis e de menor impacto ambiental;

b) fazer uso racional da água;

c) racionalizar o uso de energia elétrica; e

d) reduzir a produção de resíduos sólidos.

6.7.2 Ainda sobre a sustentabilidade a contratada deverá observar os seguintes normativos:

6.7.2.1 Que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio Restricti on of Certain Hazardous Substances (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

6.7.2.2 Que os materiais sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

6.7.2.3 Decreto nº 9.864, de 2019 (Regulamenta a Lei nº 10.295, de 2001) 4.2.3. Lei nº 10.295, de 2001 (Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências).

6.7.2.4 Resolução CONAMA nº 307/2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

## **6.8 Da Entrega:**

6.8.1 O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias corridos**, contados em remessa única, conforme critério definido pela contratante;

6.8.2 Os itens adquiridos deverão ser entregues no endereço: R. Cecília Brasil, 1043 - Centro, Boa Vista - RR, 69301-080, ou em outro endereço indicado pela contratante, sede do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami. dentro do horário de atendimento das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min. A entrega será realizada após o envio da nota de empenho à empresa contratada, conforme os prazos estipulados no contrato.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 O presente estudo tem por objeto a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico para registro de preço visando a aquisição de materiais e insumos para implantação, reforma e manutenção de sistema simplificado de abastecimento de água e solução de esgotamento sanitário para execução direta de obras e saneamento ambiental, em as aldeias de abrangências do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas abaixo:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	CAIXA D'ÁGUA MATERIAL: POLIETILENO, TIPO: CÔNICO, CAPACIDADE: 5 0 0 L , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA	290081	UND	75	150	R\$ 289,9900	R\$ 43.498,50
	2	CAIXA D'ÁGUA MATERIAL: POLIETILENO, TIPO: CÔNICO, CAPACIDADE: 1 . 0 0 0 L , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA	616045	UND	75	150	R\$ 476,6500	R\$ 71.497,50
	3	CAIXA D'ÁGUA MATERIAL: POLIETILENO, TIPO: FORMATO CILÍNDRICO, CAPACIDADE: 5.000 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA	616047	UND	10	20	R\$ 2.497,6743	R\$ 49.953,49
	4	CAIXA D'ÁGUA MATERIAL: POLIETILENO, TIPO: FORMATO CILÍNDRICO, CAPACIDADE: 310 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA	369403	UND	60	120	R\$ 279,5200	R\$ 33.542,40
	5	TANQUE DE POLIETILENO ANTIBACTERIANO TIPO: TANQUE, CAPACIDADE: 500 L, ALTURA 0,66 m, DIÂMETRO TOTAL 1,17 m, DIÂMETRO TAMPA 0,60 m, DIÂMETRO BASE 1,02 m, ADAPTADOR FLANGE PARA SAÍDA INCLUSO 50mm X 1.1/2. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA DE ROSCA	616046	UND	25	50	R\$ 500,0000	R\$ 25.000,00
		ADESIVO ESTRUTURAL ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO:						

2	6	RESINA EPÓXI E POLIAMIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BI-COMPONENTES 1 KG	450907	UND	50	100	R\$ 47,0000	R\$ 4.700,00
	7	ADESIVO P/ CONEXÃO HIDRÁULICA, TUBOS E CONEXÕES DE PVC, FRASCO C/ 175 G, 01 ANO OU MENOS APÓS FABRICAÇÃO	266924	UND	200	400	R\$ 13,9500	R\$ 5.580,00
	8	ESPUMA MATERIAL: POLIURETANO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: VEDAÇÃO	227714	UND	250	500	R\$ 18,7200	R\$ 9.360,00
	9	POLÍMERO DE PERFURAÇÃO VISCOSIFICANTE TIPO GEOPLUS, GALÃO 25 KG	287102	UND	10	20	R\$ 95,0000	R\$ 1.900,00
	10	PASTA LUBRIFICANTE COMPOSIÇÃO: A BASE DE ÁCIDOS GRAXOS, ASPECTO FÍSICO: PASTOSO, APLICAÇÃO: TUBOS E CONEXÕES DE PVC	286818	UND	750	1500	R\$ 8,1848	R\$ 12.277,20
	11	SOLUÇÃO LIMPADORA APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO, REFERÊNCIA: 54001207, APLICAÇÃO: TUBO PVC	376370	UND	100	200	R\$ 20,8400	R\$ 4.168,00
	12	ARCO DE SERRA FIXO 12" DIMENSÕES DO PRODUTO 45,3 x 12,7 x 2,8 cm; 430 g, COR AMARELO.	215154	UND	10	20	R\$ 18,7500	R\$ 375,00
	13	CONJUNTO DE SERRA COPO MATERIAL: AÇO RÁPIDO BIMETAL, DIÂMETRO: 19MM, 22MM, 29MM, 35MM, 38MM, 44MM, 51MM, 57MM, 64, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUPORTE FIXAÇÃO COMPLETO, BROCAS PILOTO, EXTENSÃO E MALETA.	323874	UND	3	5	R\$ 294,0953	R\$ 1.470,48
		MALA COM CONJUNTO FERRAMENTAS COMPONENTES: MALETA, 1 CATRACA DE 1/4", 11 SOQUETES 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, E 14MM, 1 EXTENSÃO FLÉXIVEL 100MM, 2 EXTENSÃO DE 1/4" - 50 E 100MM, 1 JUNTA UNIVERSAL ( 1/4" ), 1 CATRACA DE 1/2", 15 SOQUETES 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 E 27MM, 2						



14	EXTENSÃO DE 1/2" - 125 E 250MM, 1 ADAPTADOR DE 3 VIAS, 1 JUNTA UNIVERSAL DE 1/2", 2 SOQUETES P/ VELA 16 E 21MM, 8 CHAVES HEXAGONAL, 1 CHAVE CATRACA DE 1/4", 2 CHAVES DE FENDA PONTA CHATA 75 E 100MM, 2 CHAVE PHILLIPS 75 E 100MM, 11 CHAVES COMBINADAS 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18 E 19MM, 38 PONTAS PARA CHAVE DE CATRACA, 2 ADAPATDOR P/ PONTA, 1 ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6", 1 ALICATE DE PNTA LONGA 8" E 1 ALICATE DE EXTENSÃO ARTICULADO DE 10". REFERENCIA STMT81243-840. 80,03 x 4,5 x 44 cm; 8,6 QUILOGRAMAS.	453210	UND	5	10	R\$ 293,4300	R\$ 2.934,30
15	ANEL BORRACHA MATERIAL: BORRACHA, DIÂMETRO NOMINAL: 100, DIÂMETRO EXTERNO: NÃO APLICÁVEL, PESO: 11, NORMAS TÉCNICAS: NBR 5.688, APLICAÇÃO: ESGOTO PREDIAL REFORÇADO	216494	UND	250	500	R\$ 1,1500	R\$ 575,00
16	ANEL BORRACHA MATERIAL: BORRACHA, DIÂMETRO NOMINAL: 50, DIÂMETRO EXTERNO: NÃO APLICÁVEL, PESO: 11, NORMAS TÉCNICAS: NBR 5.688, APLICAÇÃO: ESGOTO PREDIAL REFORÇADO	216492	UND	250	500	R\$ 1,1000	R\$ 550,00
17	CIMENTO PORTLAND MATERIAL: POZOLÂNICO, TIPO: CP II-Z-32RS	633555	UND	250	500	R\$ 72,0950	R\$ 36.047,50
18	BIODIGESTOR 1300 LITROS (REATOR E FILTRO ANAERÓBIO). ALTURA 1,65 METROS. DIÂMETRO 0,98 METROS.	607603	UND	15	30	R\$ 3.336,1700	R\$ 100.085,10
19	FOSSA SÉPTICA 1.500L /DIA E LEITO DE SECAGEM. CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS CAPACIDADE: 1.500 L /DIA. ALTURA TOTAL: 1,96 M E DIÂMETRO DO CORPO: 1,23 M. LEITO DE SECAGEM:		UND	15	30	R\$ 3.586,9360	R\$ 107.608,08

		CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS: COMPATÍVEL COM CAPACIDADES DE 700 A 1.500 L/DIA. ALTURA TOTAL: 0,80 M E DIÂMETRO DO CORPO: 0,81 M.	607603					
	20	TUBO PVC EDUTOR GEO 1.1/4x4m	628534	UND	45	90	R\$ 58,6333	R\$ 5.277,00

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 516.339,54

8.1 O preço estimado global para a presente contratação é de **R\$ 516.339,54 (quinhentos e dezesseis mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos)** sendo o critério de aceitação e escolha da proposta.

O valor descrito acima está dividido em:

Grupo 1: R\$ 223.491,89 (duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e nove centavos);

Grupo 2: 37.985,20 (trinta e sete mil, novecentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos);

Itens sem grupo: 254.922,45 (duzentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos).

O valor estimado da contratação foi apurado a partir dos dados obtidos na pesquisa de preços de mercado.

No transcorrer da instrução processual a referida pesquisa poderá ser aperfeiçoada caso haja necessidade, sendo que os valores levantados estando sujeitos à apuração e análise detalhada na devida precificação em Mapa Comparativo de Preços, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A análise quanto ao parcelamento do objeto deve observar o cumprimento adequado do disposto no art. 40, § 3º, da Lei 14.133/2021 e na Súmula TCU nº 247:

9.1.1 § 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

9.1.2 Súmula TCU nº 247:

9.1.2.1 É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja **prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou **aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade**.

9.1.2.2 No caso concreto, os materiais que se pretende adquirir formam **dois grupos e itens sem grupo**, sendo materiais de hidráulicos, materiais e tubulações de esgoto e água, materiais para reservatório, materiais para implantação de sistemas de abastecimento de água.

9.1.2.3 A divisão do objeto traria grave risco de prejuízo na execução dos serviços, caso houvesse fracasso em um dos itens que compõem os grupos de materiais supracitados, situação que pode inviabilizar a execução de uma reforma ou retardar a entrega das redes hidráulica de esgoto e água, materiais para reservatório, materiais para implantação de sistemas de abastecimento de água.

9.1.2.4 Além disso, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade da licitação e potencialmente aumentaria o custo para Administração, uma vez que, se empresas diversas ganharem os itens isolados do objeto, além do número de atas de registro de preços para gerir os itens isolados podem ser desinteressantes para as empresas em razão da quantidade baixa, situação que aumenta o risco de fracasso de alguns itens.

9.1.2.5 Em princípio, portanto, é esperada uma redução dos preços ofertados caso o objeto não seja dividido, em decorrência dos ganhos advindos da economia de escala. Ou seja, ao menos em tese, e por razões lógicas, em uma contratação que envolve um maior número de itens e quantidades, as empresas possuem condições mais favoráveis para oferecerem preços menores

9.1.2.6 Devido a questões intrínsecas relaciona as ações de edificação e saneamento ambiental no território Yanomami, que é área de difícil acesso, contados em remessa única, caso necessário será possível o parcelamento de alguns materiais, visto que o DSEI Yanomami não possui:

1. Local de armazenamento que comporte o vulto de materiais a serem adquiridos; e
2. Garantia quanto a mobilização dos materiais para o território.

9.1.2.7 Diante do exposto, é completamente plausível a escolha do parcelamento do objeto em consonância com disposto inciso II, art. 3, decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço na Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

9.1.2.8 Nas licitações públicas de materiais de construção e elétricos, a aplicação de condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado pode ocorrer de diversas maneiras, desde que estejam em conformidade com a Lei 14.133/2021 e seus regulamentos. Aqui estão alguns exemplos de como essas condições que podem ser implementadas no processo de licitação:

1. Flexibilidade nos Prazos de Pagamento: A administração pública pode adotar prazos de pagamento mais curtos e condizentes com os praticados no setor privado. Isso pode ser vantajoso para atrair fornecedores e garantir o fluxo de caixa das empresas, permitindo que elas recebam o pagamento mais rapidamente após a entrega dos materiais.

2. Critérios de Avaliação de Propostas: Os critérios de avaliação podem ser orientados para o desempenho e a qualidade dos produtos, em vez de se concentrarem apenas no preço mais baixo. Isso permite que os fornecedores que oferecem produtos de alta qualidade e durabilidade sejam valorizados, em consonância com práticas do setor privado.

3. Possibilidade de Negociação Direta: A nova lei também prevê a possibilidade de negociações diretas com os licitantes. Isso pode permitir que a administração pública e os fornecedores discutam condições específicas de aquisição e pagamento, ajustando-as de acordo com as necessidades de ambas as partes.

4. Condições de Entrega Flexíveis: Assim como no setor privado, podem ser acordadas condições flexíveis de entrega, como prazos de entrega mais curtos ou agendamentos específicos que atendam às necessidades do projeto ou da obra em questão.

5. Contratações por Registro de Preços: O sistema de registro de preços, previsto na nova lei, permite a aquisição de materiais de forma mais dinâmica e flexível. Os preços registrados podem ser atualizados com base nas condições do mercado, refletindo a flutuação dos preços no setor privado.

9.1.2.9 É importante que essas medidas sejam implementadas dentro dos limites legais e regulamentares estabelecidos na Lei 14.133 /2021 e em seus decretos regulamentadores. Além disso, a transparência, a igualdade de tratamento e a competitividade devem ser mantidas durante todo o processo licitatório.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 Esse processo não está correlatado com outro processo vigente.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 Os materiais a serem contratados já estão previstos e alinhados com o Plano Anual de Contratação 2024/2025.

11.2 Os matérias solicitados previstos no PAC estarão listado em forma de anexo.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1 A aquisição visa a execução das ações da atenção básica à saúde indígena e saneamento ambiental, através da execução direta de:

12.1.1 Implantação de sistema simplificado de abastecimento de água nas Unidades Básicas de Saúde e Alojamentos para a Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena;

12.1.2 Fornecimento de água potável através de implantações de de Sistemas de Abastecimento de Água ou Solução Alternativas Coletiva (em localidades onde a investigação geológica acuse a não possibilidade de perfuração de poço tubular raso);

12.1.3 Instalações hidráulicas, sanitárias em Unidades Básicas de Saúde Indígena;

12.1.4 Instalações e ampliação para esgotamento sanitário em Unidades Básicas de Saúde Indígena;

12.1.5 Fornecimento de água potável através de implantações de de Sistemas de Abastecimento de Água ou Solução Alternativas Coletiva em comunidades indígenas em território Yanomami;

12.1.6 As ações beneficiaram cerca de 32.212 indígenas aldeados em território Yanomami;

12.2 Tais ações fazem-se necessária em atendimento acordado no Plano Distrital de Saúde Indígena (2024-2027), PAS e PNAT.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Na execução dos serviços, quando couber, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas nos incisos seguintes do art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, DE 19 de janeiro de 2010:

14.1.1 Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.1.2 Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

14.1.3 Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

14.1.4 Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

14.1.5 Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.1.6 Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

14.1.7 Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

14.1.8 Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

14.2 Em conformidade com Decreto nº 7.746/2012, e suas alterações pelo Decreto 9.178/2017, que estabelecer critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes. Conforme seu artigo 4º, são diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

14.2.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

14.2.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

14.2.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

14.2.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

14.2.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

14.2.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

14.2.7. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

14.2.8. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. (Incluído pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

4.3 A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

4.4 A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

4.5 Compete à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, como órgão central do Sistema de Serviços Gerais - SISG, expedir normas complementares sobre critérios, práticas e ações de logística sustentável. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

4.6 A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, conforme ato editado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que preverá, no mínimo: (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

O ETP em tela atende os requisitos necessários para futura contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### FRANCISCO DE ALMEIDA CARDOSO

Chefe do Serviço de Edificação e Saneamento Ambiental



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 11:19:50.

### GILBERTO DAVID COGO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 11:26:27.

### CELIO DA SILVA DUARTE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 11:21:41.

**WILLIAN JANSER DE OLIVEIRA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 11:20:00.*